

Qualidade de vida 058

Aloísio Ramaldes

Um dos documentos mais importantes sobre a qualidade de vida no mundo referente ao desenvolvimento humano, publicado pela Organiza-



ção das Nações Unidas (ONU), indica que o Brasil caiu da 59ª posição para 70ª. Tal documento é uma fonte de credibilidade e retrata quais países estão ou não desenvolvendo ações objetivas em prol de seus povos. Seguramente e infelizmente o Brasil não está em uma boa posição.

A característica da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano — que classifica os países — considera para cada país os dados econômicos, fatores sociais sobre expectativa de vida, nível educacional médio, taxas de mortalidade infantil, analfabetismo, distribuição de renda, número de médicos e

outros. Com esta abrangência, o Índice permite que nem sempre os países com mais dinheiro fiquem em posição melhor do que outros com menos.

O Brasil, considerado a 12ª economia do mundo, está classificado em 70º. Já o Japão, com o 6º maior Produto Interno Bruto (PIB), está classificado na 1ª posição. O nosso país teve a maior taxa de inflação da América Latina em 1992, de 1.178%, abaixo até mesmo de países sem expressão mundial como Peru, Bolívia, Nicarágua, Uruguai e outros e, foi também o único país a apresentar um Produto Interno Bruto negativo (-1).

No que se refere ao desperdício, os dados oficiais indicam que jogamos fora US\$ 51 bilhões por ano, correspondendo a 15% do Produto Interno Bruto. Apesar de frequentemente jornais e estações de televisão divulgarem os fatos, nos últimos anos, de concreto, muito pouco ou quase nada ocorreu, a não ser a prioridade dada ao assunto dentro do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PEQP), programa este que busca

dar competitividade ao país, visando alçá-lo à condição de país de primeiro mundo.

Em todos os setores, nas nossas casas, no comércio, nas escolas, nos hospitais, nas indústrias e principalmente no setor agropecuário, somos campeões de desperdício. 25% a 30% da safra de grãos, correspondendo a 26 milhões de toneladas de grãos (pasmem!), vão para o lixo.

É inacreditável que uma maioria passando fome, próximo de 32 milhões de miseráveis mendigando nas sobras dos mais favorecidos, possa imaginar que tal quantidade de alimentos não lhe permita matar a fome. O que fazer?

No que se refere à fome e à miséria, o Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria — tão bem conduzido por este grande brasileiro, o sociólogo Herbert de Souza, o **Betinho** — já dá mostra de credibilidade e participação voluntária em alguns Estados e em breve será lançado no nosso Estado.

Penso que não dá mais para esperar que o Governo, as instituições oficiais, façam sua parte. Chegou a hora dos cidadãos res-

ponsáveis — cada um em seu lugar, com seu conhecimento e do seu modo — refletirem como deverão participar efetivamente. Não dá mais para ser omissos, ou dizer que dá todo apoio. Tem que haver compromisso e ação.

A participação voluntária de todos nós, capixabas, no Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria, poderá propiciar as condições motivacionais necessárias, educação e treinamento para somar no esforço nacional. Sou consciente que associado ao combate contra a fome e a miséria poderemos, todos nós, desenvolver ações contra o desperdício em todos os setores e assim sair da acomodação em deixar que outros façam a nossa parte.

Se assim agirmos, na próxima avaliação da ONU o Brasil poderá — pelo esforço de seu povo — estar em melhor classificação, indicando uma melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, com menos miseráveis, redução dos desperdícios e a um custo social menor.

Aloísio Ramaldes é engenheiro